



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ATA N.º 6/2016

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE

19/07/2016

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos dezanove dias do mês de julho de dois mil e dezasseis, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.^a Secretária, com a seguinte Ordem do Dia:-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----**PONTO UM: Desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal para o domínio privado – aprovação final, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação;**-----

-----**PONTO DOIS: Redução do pagamento devido pela ocupação da via pública e publicidade, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, conjugados com o disposto no artigo 20.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, que por sua vez remete para a alínea d) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro;**-----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação de minuta de protocolo de atribuição de regalias sociais aos Bombeiros Voluntários de Mira, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação;**-----

-----**PONTO QUATRO: Plano de Ação Estratégico Municipal – aprovação final, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.**-----

-----**PRESENÇA DO EXECUTIVO**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, e o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez. -----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, Prof. Nelson Miranda Cadete, Carlos Jorge dos Santos Nora, Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, Enf.^a Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco, Dr.^a Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Eng.^o Calisto de Oliveira Coquim, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Eng.^o Rui Miguel dos Santos Terrível, João Maria Nogueira, Enf.^o Manuel Ferreira Inocência, Prof.^a Zélia Domingues Morais, Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João Luís dos Santos Marques de Pinho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Sr. Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Sr. Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Sr. Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e dos Carapelhos, Sr. Gabriel Miranda Pinho.

-----FALTAS -----

-----Verificou-se a falta do Sr. Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto. -----

-----HORA DE ABERTURA -----

-----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e vinte e cinco minutos, após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** começou por cumprimentar todos os presentes e comunicar que o Sr. Presidente da Câmara iria explicar o motivo pelo qual tinha sido convocada aquela sessão extraordinária da Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Informou ainda que tinha chegado à Mesa uma proposta para um voto de pesar, subscrito por todos os grupos da Assembleia Municipal, a qual leu de seguida e cujo conteúdo se transcreve na íntegra:-----

-----“Voto de pesar-----

-----*Pelo falecimento recente dos Senhores João Mendes e Narciso Patrão, os deputados municipais da Assembleia Municipal de Mira, por ocasião de reunião extraordinária desta Assembleia, do dia 19 de julho de 2016, expressam um muito sentido voto de pesar pela perda destes seus ilustríssimos conterrâneos e antigos deputados desta Assembleia e apresentam aos seus familiares, neste momento de profunda dor, sentidas condolências.*-----

-----*Honra e Glória ao seu nome.*-----

-----*Mira, 19/07/2016.”*-----

-----Foi aprovado, por unanimidade e aclamação, o voto de pesar, registando-se em seguida um minuto de silêncio.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou de seguida ao “Período da Ordem do Dia”.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----**PONTO UM: Desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal para o domínio privado – aprovação final, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.**-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por cumprimentar todos os presentes e associar-se ao voto de pesar que tinha sido aprovado, sendo que, em sede própria iria proceder à respetiva votação.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Como nota prévia, endereçou um convite a todos os presentes para a abertura oficial das Festas S. Tomé, na quinta-feira seguinte, pelas dezassete horas e trinta minutos, no Largo do Visconde.-----

-----De seguida explicou que a marcação daquela sessão extraordinária da Assembleia Municipal se ficava a dever ao facto de existirem vários assuntos, que teriam que ser resolvidos antes da sessão ordinária da Assembleia Municipal, que seria apenas em final de setembro, nomeadamente a desafetação, o protocolo com os Bombeiros e a redução do pagamento. Caso assim não fosse, os assuntos teriam que ficar pendentes até final de setembro, o que causaria alguns transtornos.-----

-----Deu como exemplo o assunto em discussão, onde pretendiam iniciar as obras, mas apenas depois de aprovada a desafetação em sessão da Assembleia Municipal é que o poderiam fazer.-----

-----Quanto ao assunto em discussão, disse que o mesmo já tinha sido apresentado, tinha passado por um período de discussão pública e era naquele momento apresentado novamente à Assembleia Municipal.-----

-----**VOTAÇÃO**-----

-----Submetido a votação o ponto um da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia.-----

-----**PONTO DOIS: Redução do pagamento devido pela ocupação da via pública e publicidade, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, conjugados com o disposto no artigo 20.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, que por sua vez remete para a alínea d) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro;**-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.



[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por explicar que existia uma tabela de taxas pela ocupação da via pública. O facto era que, pelo menos desde 2010 até ao presente, tinha havido uma grande dificuldade em proceder à cobrança dos respetivos valores, face à ocupação pública existente.-----

-----Uma das formas que consideraram que poderia potenciar a regularização de todas as situações seria conceder 50% de perdão na regularização de dívidas antigas. Por outro lado, com o Licenciamento Zero, havia uma dificuldade acrescida para quem não tinha a situação regularizada.-----

-----Em suma, pretendia-se fomentar a legalização e também fixar a taxa para o serviço que as pessoas poderiam e deveriam fazer *on line*.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as intervenções habituais.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) que cumprimentou todos os presentes.-----

-----Recordou que relativamente ao assunto em discussão tinha referido numa pretérita sessão da Assembleia Municipal, tendo proposto a isenção, à semelhança de outras autarquias que nos 3 meses de verão isentavam o pagamento de publicidade e de ocupação da via pública. Naquele caso não havia isenção mas uma redução, o que considerou positivo.-----

-----Acrescentou que também em anterior sessão da Assembleia Municipal tinha referido a questão do Licenciamento Zero, onde estavam a ser remetidos, por parte dos serviços da Câmara Municipal, para os contabilistas para tratarem de assuntos relativos àquele licenciamento, pelo que, se algo estava a ser feito em sentido contrário, então congratulava-se com isso.-----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que esclareceu que também se estava a fixar uma taxa de 15€ (quinze euros) para se proceder ao referido licenciamento.-----

-----Acrescentou ainda que o Executivo não se esquecia das intervenções dos Srs. Membros da Assembleia, e afirmou que no dia anterior tinha feito referência à intervenção do Sr. Carlos Nora a respeito daquele assunto.-----

-----VOTAÇÃO -----

-----Submetido a votação o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com uma abstenção, do Sr. Dr. Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, e os restantes votos a favor.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----O Sr. Dr. Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, declarou que a sua abstenção não se devia ao assunto em si, porque nessa matéria o seu voto seria favorável, mas simplesmente para deixar a marca e o simbolismo de que não estava muito contente em relação à preparação da época balnear, entre outros assunto, na questão da ocupação da via pública.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto três da ordem do dia.-----

-----PONTO TRÊS: Aprovação de minuta de protocolo de atribuição de regalias sociais aos Bombeiros Voluntários de Mira, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação;-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que começou por explicar que se tratava de uma minuta de protocolo para atribuição de regalias sociais aos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Bombeiros Voluntários de Mira, nomeadamente na isenção de algumas taxas e pagamentos.-----

-----Acrescentou que era uma realidade, não só em Mira, a redução substancial no corpo ativo e voluntariado dos Bombeiros. Face a isso, o Comando tinha solicitado à Câmara Municipal a implementação de algumas medidas para incrementar o voluntariado. -----

-----Naquele caso concreto estava-se a falar de medidas como a isenção do pagamento pela utilização dos equipamentos desportivos, por exemplo da Piscina Municipal, do Pavilhão, isenção de taxas de construção, de ligação de ramais. Não se tratava de valores significativos, mas um pequeno sinal para incrementar o voluntariado. -----

-----Mais disse que os Bombeiros passavam por um momento difícil, em termos de capital humano, que era o mais importante, e que, quer a Câmara, quer a Assembleia Municipal, tinham vindo a ajudar para que tivessem os meios e equipamentos necessários. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as intervenções habituais.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) que começou por se congratular com aquele apoio e perguntou se naqueles apoios estavam incluídos os familiares diretos, porque se assim fosse, não se tinha apercebido, o que lhe parecia razoável que assim fosse. -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que subscreveu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, e acrescentou que, fazendo parte da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira, não era um problema só dos Bombeiros de Mira, mas também de outras corporações e o comando tinha feito sentir isso. -----

-----Mais disse que existiam apenas 40 voluntários no corpo ativo, o que era manifestamente pouco para o Concelho, sobretudo em períodos mais críticos. -



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in blue ink.

-----Fez votos de que aquela medida fosse motivante para entrarem mais voluntários, o que era extremamente difícil. Referiu ainda o funcionamento da “Escolinha de Infantes”, de onde se esperava que pudessem vir a sair futuramente mais voluntários. -----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que cumprimentou todos os presentes. -----

-----Congratulou-se com o protocolo, que de facto era uma necessidade, mais do que justo. O investimento, como tinha dito o Sr. Presidente da Câmara, era muito reduzido, porque infelizmente nem todos os Bombeiros conseguiam construir casas e também não era com a cadência que podia levar a que a Câmara Municipal perdesse um valor substancial. -----

-----Acrescentou que aquele era um protocolo que tinha sido bastante criticado no “Facebook”, sobretudo por pessoas que nunca tinham dado nada ao voluntariado, porque de facto quem já tinha feito alguma coisa no voluntariado e principalmente os Bombeiros, não tinha coragem de sequer questionar as medidas que naquele documento estavam previstas, bem como outras que eventualmente pudessem lá ter colocado. -----

-----Chamou a atenção, numa questão de pormenor, nomeadamente na “Cláusula 4, na alínea h” não seria certamente um direito mas um dever dos Bombeiros, o que sugeriu que fosse corrigido. -----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) que referiu o facto de os benefícios não serem extensíveis aos familiares, como por exemplo na Piscina. Portanto era uma sugestão que devia ser introduzida, nomeadamente no ponto 4, pelo menos nos benefícios que não oneravam significativamente a Câmara Municipal, que fossem extensíveis aos familiares diretos. -----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que esclareceu com os serviços que poderiam incluir o contributo, uma vez que a competência da isenção era da Assembleia Municipal, mesmo sem ter passado pela Câmara Municipal. -----

-----VOTAÇÃO -----

-----Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**. -----

-----Não participou na votação o Sr. Pedro Nunes, do Partido Social Democrata, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 69.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto quatro da ordem do dia. -----

-----PONTO QUATRO: Plano de Ação Estratégico Municipal – aprovação final, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por referir que já tinha havido uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para além de ter sido apresentado em reunião de Câmara, tendo sido acolhidos os contributos e feitas as correções necessárias. Acrescentou que existia uma alteração relativa ao Mercado Municipal, uma vez que, das negociações havidas com a CCDR nos 3 ou 4 meses anteriores, não era possível o cenário de alteração do mercado para Casa Criança, ou seja, não seria financiado. -----

-----Mais disse que tinha havido alterações, nomeadamente na página 99, “Aumento da Zona Industrial, Polo I”, onde tinha sido feita uma candidatura no



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

valor de 2.600.000€ (dois milhões e seiscentos mil euros), uma vez que tinha aberto um aviso para candidatura naquela área.-----

-----Na área do saneamento também tinha sido feita uma candidatura no valor de 3.500.000€ (três milhões e quinhentos mil euros).-----

-----Terminou a sua intervenção tendo dito que aquele documento começava também a ser necessário para integrar em diversas candidaturas, daí ter sido apresentado para aprovação da versão final.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as intervenções habituais.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que cumprimentou todos os presentes.-----

-----Começou por manifestar o seu agrado pelo facto de ter constatado que alguns dos contributos da sessão extraordinária da Assembleia Municipal tinham sido introduzidos no documento. No entanto, o documento continuava extenso, com cerca de 170 páginas, e talvez por isso a grande obra de saneamento do Concelho aparecia "*muito esquecida, no fim do documento*".-----

-----Face ao exposto, disse que, à semelhança do que estava habituado a ver numa empresa privada, um plano tinha ações priorizadas, calendarizadas e com "*verbas expectáveis*" dos investimentos a fazer.-----

-----Contudo, o mais importante era o Concelho ficar com um documento que poderia a qualquer altura definir ou ter uma ação que já tinha sido pensada, em que os próprios elementos que tinham intervenção cívica no Concelho já se tinham pronunciado, portanto seriam, à partida, ações válidas que qualquer Executivo, tendo oportunidade, poderia colocar em prática.-----

-----Em suma, pese embora fosse extenso, o documento continha as ações consideradas necessárias ou importantes para o futuro, faltando apenas a definição das prioridades, o que considerou importante.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18
me

-----Referiu ainda o “overbooking”, apesar de dizer respeito a obras já realizadas, onde cujas verbas tinham sido “*atribuídas de maneira não democrática para o Concelho*”, designadamente: 110.000€ (cento e dez mil euros) para a Ermida, 330.000€ (trezentos e trinta mil euros) para o centro de Mira, e 650.000€ (seiscentos e cinquenta mil euros) para a Praia de Mira. -----

-----Afirmou que aquele não era um tratamento igual para o resto do Concelho e para as restantes populações. Apesar das obras estarem feitas, e eventualmente bem, esperava que o Executivo, ao colocar o plano em prática, considerasse todo o Concelho e não apenas para uma parte.-----

-----Nesse sentido mencionou que no documento havia referência a “*crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*”, o que, na sua opinião, era o suporte do equilíbrio na atribuição de verbas e obras que deveriam ser distribuídas por todo o Concelho.-----

-----Acrescentou ainda que havia aspetos referenciados como estratégicos que não eram suficientemente bons, dando como exemplo fixar a taxa de emprego para os trabalhadores entre os 20 e os 64 anos em 75%, onde continuaria a haver 25% de trabalhadores que ficariam sem expectativas de ter emprego. Nesse âmbito considerou que criar expectativas era também indutor do “*crescimento inteligente*”. -----

-----Quanto à utilização e poupança de energias, disse que havia vários programas, nomeadamente com a colocação de iluminação “led”, entre outros. No entanto, não tinha visto nada em relação à utilização de energias renováveis, como por exemplo painéis fotovoltaicos, deixando a sugestão de que fosse feito investimento nas próprias infraestruturas do Concelho. Deu como exemplo o aquecimento das piscinas, aquecimento das águas no Parque de Campismo, produzir energia para o próprio edifício dos Paços do Concelho, entre outros. --

-----Mencionou a estrutura etária da população, onde se registava um aumento de cerca de 30% na população idosa, comparativamente a valores registados 10 anos antes, nomeadamente na Praia de Mira onde se registava um aumento de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

50%. Face ao exposto disse que havia necessidade de desenvolver ações para que a população idosa fosse devidamente tratada. Nesse contexto referiu a construção de um lar na Praia de Mira, o que considerou positivo.-----

-----Quanto ao emprego, muito direcionado para o setor terciário, considerou que, com as novas tecnologias havia cada vez menos papel, logo menos necessidade de pessoas a tratar processos, que poderiam ser “automatizados”. Logo considerou que havia alguns riscos relativamente à possibilidade de redução do número de postos de trabalho, pelo que o setor secundário devia ser impulsionado, com investimento em infraestruturas industriais, o que constava no documento. Fez ainda referência ao setor primário, onde se registava apenas 8% da população.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que começou por dizer que na Assembleia Municipal extraordinária tinha sido algo crítico em relação àquele documento, principalmente pela entrega quase em exclusivo a uma empresa externa. No entanto todas as questões levantadas tinham sido consideradas, sobretudo a do conglomerado de Mira, o que na sua opinião era importante.-----

-----Concluiu dizendo que na altura tinha sido dito que o documento poderia ser “*aprovado na generalidade, mas chumbado na especialidade*”. Contudo, naquele momento, tinha alterado profundamente a sua visão sobre o documento, manifestando todo o seu apoio e esperança de que viesse a dar fruto.-----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por concordar que o documento era extenso. No entanto, não era possível fazer toda a caracterização e enquadramento necessários, num documento mais resumido, que se pretendia que fosse para apresentar e fundamentar candidaturas do Município de Mira a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“alguém” que não conhecia o Município, a sua história e a sua realidade. Por outro lado, a sistematização do documento tinha sido feita com base nos vetores e eixos prioritários, identificando determinadas ações. Posteriormente, dentro dos avisos de candidaturas, calendarizar as perspetivas, ou seja, definir um caminho que seria trilhado à medida que o financiamento fosse surgindo.-----

-----Deu como exemplos: a requalificação da Zona Industrial Polo I, no valor de 2.600.000€ (dois milhões e seiscentos mil euros); o saneamento, no valor de 3.500.000€ (três milhões e quinhentos mil euros), alargando a rede a Freguesias como Seixo e Carapelhos, onde ainda não existia, o que correspondia a um aumento de 23 ou 24% de cobertura do território; a estratégia para o centro da Vila, o PARU, cuja candidatura também já tinha sido feita. -----

-----Em relação às energias renováveis, disse que naquele momento estava aberto um aviso para entidades públicas, para candidaturas até 80.000€ (oitenta mil euros) por equipamento, onde pretendiam apresentar uma candidatura para os bungalows do Parque de Campismo. -----

-----Concluiu a sua intervenção dizendo que o caminho estava traçado, que as ações estavam definidas, que teriam que estar atentos à possibilidade de investimento e que havia necessidade daquele documento estar aprovado para o poderem apresentar juntamente com algumas candidaturas. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as intervenções habituais.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que referiu que na página 165 havia uma imagem que se sobrepunha a um texto e que gostariam de saber o que estava no texto.-----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) que se congratulou com a apresentação do Plano de Ação Estratégico, ao qual gostaria de chamar Plano de Desenvolvimento e Ação, no sentido de associar uma ideia de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in blue ink.

desenvolvimento e ação, pese embora não soubesse se tecnicamente seria viável a sua pretensão. -----

-----Congratulou-se ainda pelo facto de existir um plano de desenvolvimento estratégico, feito como aquele estava, com profissionalismo, rigor e objetividade, o que considerou positivo e que permitia identificar de forma consensualizada, independente de escolhas político-partidárias. Associou ainda os profissionais que tinham elaborado o documento de forma positiva, pelo resultado obtido. ----

-----**Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

-----**2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que estavam a verificar a questão do Sr. Eng.º Calisto Coquim, que seria certamente algum lapso de impressão. -----

-----**VOTAÇÃO** -----

-----Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com duas abstenções, do Sr. Carlos Nora, do Partido Socialista, e do Sr. Dr. Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, e os restantes votos a favor. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) que disse que ficava feliz com um plano que servisse o desenvolvimento de Mira e que acompanhasse todas as candidaturas do Município. Contudo, como era do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao saneamento, continuava sem ver esclarecido o estudo que sustentava o futuro, o modelo de gestão que se pretendia alcançar. -----

-----Referiu ainda que a pesquisa naquele documento não era fácil uma vez que o mesmo tinha sido enviado em formato de imagem. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. Dr. João Luís Pinho (PS) que disse que o seu voto tinha sido favorável atendendo à sessão extraordinária e visto que alguns reparos feitos ao documento original tinham sido atendidos. -----

-----**ENCERRAMENTO** -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas dezanove horas e vinte cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas por unanimidade em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

O Presidente da Mesa


(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário


(Nelson Miranda Cadete, Prof.)